



Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

**“O FASCISMO NUNCA EXISTIU...”
REFLEXÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE SALAZAR**

“Estado Novo” – Estado “não fascista”?

“Estado Novo” é a designação adoptada por António de Oliveira Salazar (1889-1970) – e, antes, segundo a versão oficial, pelo Ministro do Interior do governo do General Domingos Oliveira, Mário Pais de Sousa, irmão do cunhado de Salazar, em Coimbra, no dia 25 de Fevereiro de 1931¹ – para apelidar o seu sistema político (1932-1968 e continuado até 1974 por Marcello Caetano), sem dúvida influenciado pela expressão e pela ideia italiana de *Stato nuovo*, que precede e se concretiza no Fascismo². Apesar disso, infundiu uma impressão de relativa simpatia nos meios políticos estrangeiros. Nessa medida, era comum, durante a sua longa vigência, reconhecer-lhe o seu carácter “original”, não o confundindo com a designação genérica de “fascismo”.

O próprio sistema político português, que se esforçava, através de Salazar e dos salazaristas, por afirmar esse carácter “original”, apresentava, como meio de propaganda, colectâneas oficiais de depoimentos favoráveis ao regime, a Salazar e à política por ele seguida³. Nessas antologias muitos – Keyserling, Goebbels, Eugénio D’Ors, Gil Robles, Oswaldo Aranha, Lourival Fontes, Jacques Bainville, Charles Maurras, Pétain, Léon de Poncins, Henri Massis, Alessandro Pavolini, Mircea Eliade, Gonzague de Reynold, Michael Derrick, o Coronel F. Clement C. Egerton – são políticos de regimes autoritários ou totalitários, militantes de correntes políticas “reaccionárias”

¹ Cfr. *Anais da Revolução Nacional*, vol. III, p. 162. É importante a leitura deste volume, cuja autoria é de João Ameal, para se entender a versão oficial da formação do “Estado Novo”, que constitui afinal o seu título principal, do que chama o “Terceiro Período”. O “Primeiro Período” intitula-se “A consolidação da ordem” e o “Segundo Período” denomina-se “A reforma financeira” (vol. II), que se segue ao “Diário da Revolução Nacional” (vol. I).

² Ver Emilio Gentile, *Il mito dello Stato nuovo. Dal radicalismo nazionale al Fascismo*. Bari, Laterza, 1999.

³ Cfr. *Salazar perante o Mundo*, Lisboa, Editora Portugal-Ultramar, 1944, “Ano XVIII da Revolução Nacional”, e *Projeção de Salazar no Estrangeiro*, Porto, UN, 1949. É interessante notar que uma editora neo-salazarista tornou a publicar recentemente muitos dos depoimentos integrados nessas colectâneas dos anos quarenta, com uma finalidade também de propaganda: *Salazar. Antologia de depoimentos*, Lisboa, Nova Arrancada, 2000.

ou revolucionárias de direita, intelectuais católicos conservadores ou escritores que escreveram livros de encómio a Portugal e ao seu “Chefe”, por vezes encomendados pelo regime. Mas, também são transcritos passos de políticos, de jornais e de outros autores que, independentemente das suas convicções mais íntimas ou expressas que proporcionam opiniões mais ou menos favoráveis, se situam noutra linha de representação, como Pio XII, Churchill, Truman, o Cardeal Spellman, Jules Romains, *The Times* de Londres, jornais católicos americanos...

Nestes últimos casos, registemos alguns passos significativos.

O conservador e respeitado *The Times* teria escrito (no original, em língua inglesa, evidentemente), em 28 de Maio de 1936:

A essência do sistema corporativo que o Dr. Salazar está empenhado em construir é a participação de todos os cidadãos no plano da reforma nacional e a subordinação dos interesses individuais ao interesse colectivo. O patriotismo português exige sacrifícios a todas as classes e muitas vezes é difícil consegui-los.⁴

E o mesmo jornal, em 29 de Abril de 1939, teria dito:

Em Portugal, por toda a parte, há a noção de liberdade e sente-se que existe um grande Chefe que conduz a Nação com amor e confiança, a fim de atingir os resultados espirituais e materiais que se propôs realizar.

[...]

O País progride em todas as suas manifestações de vida sob o Governo de Salazar.⁵

Em 1941, por ocasião do aniversário de Salazar (28 de Abril), *The Times* associava-se à homenagem dos portugueses e recordava o doutoramento *honoris causa* que lhe tinha sido tributado pela Universidade de Oxford.

Em 1945, no fim da guerra, dia 15 de Outubro, podia ler-se no mesmo prestigioso jornal:

A Grã-Bretanha, como nação estrangeira mais velha amiga de Portugal, tem motivos para estar grata ao Dr. Salazar pela sua fidelidade à antiga aliança e especialmente porque, embora mantendo o seu País em paz, permitiu a utilização dos Açores com uma das bases principais, graças à qual foi ganha a batalha do Atlântico.⁶

Mais significativos são ainda os textos americanos. R. Lewinssohn, na publicação de *world affairs* fundada em 1914, *Current History*, em artigo que teria sido publicado em Janeiro de 1935, escrevia:

Salazar é um Professor. E é nessa qualidade de Professor que ele assenta a sua autoridade moral e a sua posição política.⁷

E Michael Kenny, em *The Catholic World*, afirmava:

⁴ *Projeção de Salazar no Estrangeiro*, p. 165.

⁵ *Ob. cit.*, p. 168.

⁶ *Idem*, p. 177.

⁷ *Idem*, p. 83.

Inteiramente distinto do Socialismo e do Fascismo, alguns dos melhores espíritos europeus consideram o sistema de Salazar como a mais perfeita realização da verdadeira democracia representativa.⁸

Na verdade, analisando os mais de cento e cinquenta livros e a artigos de autores estrangeiros dedicados a Salazar, ao salazarismo e ao Estado Novo⁹, notamos que, com excepção dos da autoria de comunistas, que apelidavam de forma geral os regimes autoritários e totalitários de direita como “fascistas” – veja-se o testemunho de Ralph Fox no livro *Portugal Now*¹⁰ –, e, depois dos anos sessenta, todo um leque de intelectuais que atacavam a política autoritária e colonial de Portugal, fazendo eco ou não das palavras dos exilados portugueses, constituíam um núcleo bibliográfico de elogio ao regime e ao seu líder. Ressalve-se, todavia, até pelo carácter precoce (1935) o testemunho do filósofo espanhol, politicamente um liberal, Miguel Unamuno, num famoso artigo do jornal *Ahora*, de Madrid. Escrevia o reitor da Universidade de Salamanca, depois de uma viagem a Portugal, curiosamente a convite do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo:

Y nada mejor que llamar fajismo de cátedra – pedagógico y doctrinario – al que informa el actual régimen portugués. La dictadura del núcleo que representa Oliveira Salazar es una dictadura académico-castrense o, si se quiere, bélico-escolástica. Dictadura de generales – o coroneles – y de catedráticos, con alguna que otra gota eclesiástica. No mucha, a pesar de que el cardenal patriarca, Cerejeira, fué compañero de casa de Salazar y, como éste, también catedrático. Eclesiástico catedrático, lo mismo que otros militares catedráticos.¹¹

Portanto, pode dizer-se que é excepcional e objectivamente crítica esta interpretação de Unamuno, que tem dado origem a muitas reflexões de historiadores, a começar por João Medina, que primeiro a deu a conhecer¹². Deve, todavia, acrescentar-se a ela a reflexão metodicamente crítica de Sir Austen Chamberlain, no prefácio à edição inglesa da célebre entrevista a Salazar realizada por António Ferro, jornalista de direita e depois director do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo¹³.

⁸ *Idem*, p. 84.

⁹ Ver a tese de mestrado de Maria João Pina, *As imagens de Salazar no estrangeiro*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2000. A virtude principal desta dissertação consiste em fazer um levantamento quase exaustivo das obras (e alguns artigos e capítulos de obras) publicadas no estrangeiro sobre Portugal salazarista, o Estado Novo e Salazar. Encontram-se ali autores brasileiros, americanos, ingleses, espanhóis, franceses, italianos, alemães, romenos, etc. Para se ter uma ideia, constatamos que até 1945 se podem contar cerca de 80, mais de 40 entre 1945 e 1960 e cerca de 40 entre 1960 e 1974.

¹⁰ Ralph Fox, *Portugal now*, London, Lawrence and Wishart, 1937. Recentemente foi editada uma tradução portuguesa: *Portugal Now. 1936. Um Espião Comunista no Estado Novo*. Prefácio de José Neves. Lisboa, Tinta da China, 2006.

¹¹ *Ahora*, Madrid, 3.7.1935, “Comentario. Nueva vuelta a Portugal”.

¹² “O Prof. Unamuno contra o Prof. Salazar”, in: *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977, p. 23 ss.

¹³ Esta entrevista, ou entrevistas, pois são, de facto, várias, originou um livro que foi um verdadeiro *best-seller*, intitulado, *Salazar. O homem e a sua obra*, cuja primeira edição data de 1933 (Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933) e à qual se seguiram outras, umas em português e outras em várias outras

Ao invés dos prefácios às edições espanhola (Eugénio D’Ors)¹⁴ ou italiana (Corrado Zoli)¹⁵, a edição inglesa não apresenta um prefácio de elogio a Salazar, nem mesmo uma compreensiva visão das “ditaduras”, em que o regime português se englobava, como sucedia, até certo ponto, no prefácio da edição francesa (Paul Valery)¹⁶. Datado de 13 de Junho de 1935, o prefácio de Chamberlain, depois de ter falado do sistema parlamentar inglês, como um sistema modelar, que, no entanto, só poderia viver noutros países desde que se desenvolvesse através do seu próprio processo histórico natural, conclui que, fosse como fosse, o certo é que em grande parte da Europa surgiram Ditaduras, de que a portuguesa era um exemplo. O processo comparativo das ditaduras e do sistema inglês prossegue no texto do prefaciador, assim como uma rápida comparação do Salazarismo com o Fascismo de Mussolini e o Nazismo de Hitler. Termina com algumas dúvidas acerca do verdadeiro sentido do regime do “Professor de Finanças de Coimbra” e do retrato apresentado pelo autor do livro, ou seja António Ferro, que, em resposta a essas críticas, como explica o editor, escreveu uma longa introdução propositadamente para a edição inglesa, feita com base numa nova entrevista a Salazar, o que atrasou a publicação, só saída em 1939¹⁷. Vejamos as palavras de Austen Chamberlain:

[...] The contrast offered in some respects to other dictatorships both in the manner of its creation and in the person and training of the dictator is always interesting, and sometimes piquant, but the Fascist dictatorship in Italy, the Nazi dictatorship in Germany, and the dictatorship of the Coimbra Professor of Finance in Portugal have one thing in common. Signor Mussolini, Herr Hitler, and Dr. Salazar have each set out to remake the soul of a people. An Englishman may feel that the price paid is too high. He may thank heaven that he is still free citizen of a free country, and resolve that he will guard that freedom the more jealousy because of its destruction elsewhere. But no candid reader of this book will deny the nobility of the purpose which Dr. Salazar has set before himself, and no one acquainted with the progress which Portugal has made under his rule will doubt that, if much has been lost, much also has been gained by the new spirit which he has introduced into the public life of this country.

In any case we have in this book a vivid portrait of a most interesting man. Is it a true portrait? Is it the whole man, and nothing but the man? Dr. Salazar himself seems to doubt it, and I confess that at moments the painter seems to me to dramatize a man who, if I judge him rightly, abhors the dramatic, and to heighten colours which the sitter would have presented in quieter tones. But these blemishes, if blemishes they be, are far from destroying the value of the picture. It is a most interesting study of a man and a political system, little known, I think to English readers.¹⁸

línguas, incluindo o polaco. A edição inglesa tem a seguinte referência: Salazar / António Ferro, *Portugal and her Leader*. With a preface by The late Sir Austen Chamberlain, K. G., London, Faber and Faber, 1939.

¹⁴ António Ferro, *Oliveira Salazar, El Hombre y su obra*, Madrid, Ediciones Fax, 1935.

¹⁵ A. Ferro, Salazar. *Il Portogallo e il suo Capo*, Roma, Sindacato Italiano Arti Grafiche, 1934.

¹⁶ A. Ferro, Salazar. *Le Portugal et son Chef*. Précédé d’une note sur «L’Idée de Dictature» par Paul Valery. Paris, Éditions Bernard Grasset, 1934.

¹⁷ Ver as explicações do editor nas badanas do livro.

¹⁸ *Portugal and her Leader*, pp. 9-10.

Quem era afinal Salazar? O que foi afinal o Estado Novo? *O Fascismo nunca existiu* – foi este o título irónico e paradoxal de uma obra de um dos nossos melhores ensaístas, Eduardo Lourenço, numa colectânea dos seus artigos, entre os quais um, publicado em 9 de Abril de 1976, no qual considerava exactamente que o sistema salazarista português foi apresentado de tal modo e com tal eficácia que o próprio jornal *Le Monde*, durante as últimas décadas do regime, falava da ditadura “sábua” ou “paternal”, afastando-o assim do selo de “fascismo” que normalmente era colado a outras ditaduras. E Lourenço pensava, ao contrário do que as palavras do título poderiam parecer, que o Estado Novo era efectivamente um “fascismo”.¹⁹

E a pergunta ou as perguntas ainda se tornam mais pertinentes se verificarmos que a maioria dos historiadores, sociólogos e politólogos portugueses e estrangeiros (René Rémond, Pierre Milza, Stanley Payne...) ou ultrapassa a questão da caracterização do Estado Novo ou reconhece-lhe uma “originalidade” ou “singularidade” própria, não confundível com o sistema nomeado, em sentido genérico, de “fascismo”. Vejamos, como mero exemplo, as palavras de um investigador francês, Yves Léonard, que procurou escrever um livro de síntese caracterizadora do Estado Novo nas suas conexões com o “fascismo”, livro esse – note-se – que foi prefaciado por Mário Soares que, ao longo da sua vida política na oposição ao regime, não hesitou em chamar “fascista” ao regime de Salazar. Trata-se exactamente da obra *Salazarisme et Fascisme*. Nele pode ler-se este texto:

Singulier comme tout régime en tant que phénomène historique, le salazarisme échappe ainsi à une classification simplificatrice qui l’incorporait abusivement à la catégorie des fascismes.²⁰

Salazar e o “Estado Novo” – estudos históricos e representações

Vamos, agora, tentar responder, ainda que interrogativamente, a essas questões.

Comecemos por Salazar e por um juízo sintético acerca da bibliografia sobre ele publicada.

Tem grande significado a historiografia sobre o Estado Novo depois de 1974 – para além de muitas obras, teses de mestrado e de doutoramento²¹, publicaram-se dois dicionários de grande interesse sobre o período do Estado autoritário salazarista²² e alguns volumes de síntese integrados em várias “Histórias de Portugal”, de várias tendências, que foram recentemente editadas. E produzem grande sucesso editorial as obras de divulgação e *faits divers* sobre Salazar, que se tornam facilmente *best-sellers*,

¹⁹ *O Fascismo nunca existiu*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976. Ver sobretudo o artigo “O Fascismo que «nunca existiu»”, p. 229 ss.

²⁰ *Salazarisme et Fascisme*, Paris, Éditions Chandeigne, 1996, pp. 9-10.

²¹ Ver o nosso artigo de síntese, já ultrapassado e em fase de actualização, “Historiografia do Estado Novo”, in: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 425-431.

²² Fernando Rosas e J. M. Brandão (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, e António Barreto e Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História de Portugal, Suplemento*, 3 vols., Porto, Figueirinhas, 1999-2000.

sobretudo se abordarem aspectos do foro sentimental²³, como também nos anos cinquenta sucedeu com a obra de Christine Garnier, que alimentou a veia romântica dos portugueses (e não só)²⁴. O certo, porém, é que não existe nenhuma obra de historiador ideologicamente descomprometido com o regime deposto em 1974 sobre o estadista português que mais tempo governou (quarenta anos, desde 1928 a 1968).

Com efeito, a única obra de grande tomo que até agora foi editada é da autoria do antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, Franco Nogueira, e que é, sobretudo por ser a única, uma obra fundamental e incontornável²⁵. Ou seja, não existe nenhum grande estudo de historiador sobre Salazar, ao contrário do que sucede com Mussolini, a começar no italiano Renzo de Felice e a acabar no francês Pierre Milza, com Hitler, que tem obras de referência como as do alemão Joachim Fest e do inglês Yan Kershaw, ou mesmo Franco, que concitou o interesse de autores como o americano Paul Preston e o espanhol Bartolomé Benassar. E, todavia, no tempo de Salazar contam-se por muitas dezenas as obras sobre ele e o seu tempo publicadas nos mais diversos países e em línguas diversas²⁶, ainda se sentindo agora o efeito produzido por essas obras ideológicas ou de propaganda ou simplesmente por uma memória feita de *clichés*. Em parte, talvez sejam ainda hoje esses *clichés* os responsáveis, a juntar à desilusão que se manifesta no nosso país relativamente ao momento político português, europeu e mundial, mas sobretudo o poder produtor e reproduzidor dos *media* – a imagem, mas também a *Internet* e as comunicações via SMS – para criar “realidades”, pelo facto de Salazar ter sido eleito em primeiro lugar entre os dez “Grandes Portugueses” no concurso com esse nome que teve como madrinha a BBC.

O certo é que o “defensor” de Salazar nesse concurso, o político de direita Jaime Nogueira Pinto, publicou um livro de história ideológica ou de ideologia historiográfica sobre o estadista, sintomaticamente intitulado *António de Oliveira Salazar. O outro retrato*²⁷, onde se apresenta, com pretensões de inovação, a imagem positiva do fundador do Estado Novo, negando a sua interpretação como “fascista” e branqueando a sua imagem, mesmo à custa do “25 de Abril”. E esse livro, que raramente foi criticado²⁸, teve grande divulgação.

As longas entradas sobre Salazar dos dicionários do Estado Novo são da autoria do historiador Fernando Rosas²⁹, o investigador e professor que mais se tem dedicado ao estudo do tema, e do sociólogo António Barreto³⁰, que é um dos coordenadores, com

²³ Veja-se a obra da jornalista Felícia Cabrita, *Os Amores de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006, que é, na verdade, uma segunda edição refundida de outro livro publicado em 1999.

²⁴ Christine Garnier, *Vacances avec Salazar*, Paris, Bernard Grasset, 1952, Foi logo publicada no mesmo ano a tradução portuguesa, que teve várias edições.

²⁵ *Salazar*, 6 volumes, Coimbra / Porto, Atlântida / Civilização, 1977-1985.

²⁶ Ver *supra*, nota 9.

²⁷ *António de Oliveira Salazar. O outro retrato*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

²⁸ Ver Luís Reis Torgal, “O ‘outro’ Salazar” [crítica ao livro de Jaime Nogueira Pinto, *António de Oliveira Salazar. O outro retrato*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007], in: *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 965, de 26 de Setembro a 9 de Outubro de 2007, p. 39. No volume de 2007 da revista *Estudos do Século XX* saiu uma resenha crítica, muito desenvolvida, de Luís Bigotte Chorão.

²⁹ Cfr. *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, pp. 861-876.

³⁰ Cfr. *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, vol. IX, pp. 283-390.

Maria Filomena Mónica, do outro dicionário de História de Portugal que abordou em três volumes sobretudo o período do Estado Novo. Já, porém, as fotobiografias que foram recentemente publicadas – naturalmente mais divulgadas – são da autoria de um escritor e jornalista, Fernando Dacosta, e de um experimentado estudioso da imagem Joaquim Vieira³¹. Ou seja, mesmo este tipo de bibliografia histórica, independentemente da sua qualidade, em especial no caso do último, não é de autoria de historiadores.

Mas, daqui não se pode deduzir que a biografia de Salazar não é conhecida nos meios académicos com suficiente largueza e profundidade. Podem, pois, ser formulados sobre a sua personalidade política juízos suficientemente seguros, no domínio da interpretação objectiva. O que se pode dizer, porém, é que em Portugal, onde não existe um neo-salazarismo militante organizado, ao contrário do que sucederá, até certo ponto, com o neofascismo e o neonazismo, não se criou uma memória, por assim dizer, “científica” sobre Salazar e o Salazarismo, assim como não se criou uma memória do mesmo tipo sobre o Estado Novo. Por outras palavras, a “revolução dos cravos”, de 25 de Abril de 1974, não foi capaz de matar de todo a representação que sobre Salazar e o Salazarismo foi alimentada por uma excelente máquina de propaganda, em Portugal e no Estrangeiro, e que hoje vem ao de cima de forma lenta e subreptícia e muitas vezes não intencional. Assoma assim a ideia de um Salazar humanizado, um pouco distante das paixões da terra, mas com a sensibilidade voltada para os pequenos prazeres, mesmo seduzido e sedutor nos meios femininos, um Salazar paternal, integrado num meio pequeno mas “digno”, severo mas honesto e contrário ao esbanjamento. E essas imagens surgem em sérias reportagens de jornalistas de investigação³², em atraentes narrativas³³, em memórias conduzidas por profissionais da imagem³⁴, que são de grande interesse desde que suficientemente enquadradas e explicadas por historiadores, o que em regra não sucede. Assim, ao nível da recepção, vão-se captando os aspectos “bons” de Salazar, esquecendo os aspectos “maus”. Por palavras mais precisas, surge a tendência para amenizar as representações de Salazar e do Estado Novo, ficando na penumbra a análise, necessariamente mais difícil de captar, de uma “história objectiva”³⁵.

³¹ António de Oliveira Salazar, volume da série “Fotobiografias. Século XX”, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

³² Ver Felícia Cabrita, *Mulheres de Salazar*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, com prefácio de Fernando Rosas. A autora publicou depois uma outra edição apresentada como um novo livro, com outro título e outro prefaciador: *Os Amores de Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, com prefácio de Diogo Freitas do Amaral.

³³ Ver Fernando Dacosta, *Máscaras de Salazar. Narrativa*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997. O livro teve várias edições (ou tiragens) e neste ano de 2007 surgiu a 20.ª edição, graficamente cuidada, considerada como “Versão revista e aumentada” e tendo, na própria capa, a afirmação extraída de um texto de Javier García publicado no diário espanhol *El País*, “Uma obra decisiva para a compreensão do século XX português”. Ver *Máscaras de Salazar*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2007.

³⁴ Ver Maria da Conceição Rita e Joaquim Vieira, *Os meus 35 anos com Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

³⁵ Ver sobre este tema a Introdução ao livro, a publicar, *Estados Novos, Estado Novo*, que “Salazar e o Estado Novo na crise da cultura e da consciência histórica nos inícios do século XXI”, teve como título inicial.

A carreira escolar de Salazar pode contar-se em poucas palavras, apenas referindo o que é essencial.

Depois do ensino primário, ingressa no Seminário de Viseu em 1900, onde tira o curso de Teologia e toma ordens menores em 1908. Mas, as dúvidas relativamente a uma carreira eclesiástica – num país onde os seminários foram, em muitos casos, um meio de formação e de passagem para um emprego público ou para a continuação dos estudos – levam-no a completar o ensino secundário e a ocupar, entretanto, um lugar de prefeito no Colégio da Via Sacra de Viseu, que era moldado segundo o princípio da “pedagogia activa” de tipo inglês, defendida por Edmond Demolins e concretizada na *École des Roches*, que ele fundara na Alta Normandia. Demolins será, assim, um dos principais mentores de Salazar, que ele anteporá a Charles Maurras, que sempre também admirou, mas cuja primazia do “político” (*politique d’abord*), que envolvia uma militância de rua, se afastava mais do seu temperamento circunspecto. Conferências e pequenos escritos – coligidos por Manuel Braga da Cruz³⁶, actual reitor da Universidade Católica – surgem assim bem cedo no seu currículo e ao longo da sua vida de estudante e de professor.

Em 1910, ano da implantação da Primeira República, uma república laica – que terá como uma das suas bandeiras a “lei de separação do Estado das Igrejas”, que releva a supremacia do Estado e a subordinação da Igreja Católica, a única que era significativa em Portugal, ao poder político –, entra na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Era a única universidade portuguesa até 1911 e constituirá para ele sempre uma referência intelectual e “moral”, embora tivesse depois tentado transformar as novas e “republicanas” universidades de Lisboa e do Porto em universidades ligadas ao Estado Novo. Será em Coimbra também que se liga aos movimentos católicos, em especial ao Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), moldado pela doutrina social da Igreja de Leão XIII, que o leva necessariamente ao corporativismo e ao gosto pelos sociólogos conservadores e cristãos, como Le Play. Escreve para um jornal de estudantes católicos ligado ao CADC, *O Imparcial*, mas nunca se mostra um militante de rua, como sucede com o seu amigo e futuro companheiro de casa, Padre Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro Cardeal Patriarca de Lisboa.

Forma-se em 1914 em Direito e inicia então uma carreira universitária, enveredando pelo estudo e pelo ensino da Economia Política, depois de 1924 chamada Economia Social, e pelas Finanças, de que será Professor Catedrático. Desta forma, vai-se afirmando como um financista prático, escrevendo artigos nos jornais sobre o problema financeiro e económico português, o que o levará a ministro das Finanças, pela primeira vez e de forma efémera, em 1926, depois da revolução nacionalista de 28 de Maio desse ano, e mais tarde, em 1928, já numa fase de consolidada implantação da Ditadura Militar. Mas, também se formará – como se disse – numa lógica de sociologismo cristão, bebido nas influências de um professor da Faculdade de Medicina, João Serras e Silva, e de “socialismo de cátedra” que lhe admirará das leituras do seu mestre Marnoco e Sousa.

Será durante a sua estada em Coimbra³⁷ que se cria, em 1913-1914, um movimento monárquico, influenciado claramente pela *Action Française*, defensor de um nacionalismo

³⁶ *Inéditos e Dispersos*, 3 vols e 5 tomos, Lisboa, Bertrand, 1997 e ss.

³⁷ Vide o nosso livro *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, MinervaCoimbra, 1999.

integral de tipo corporativo e orgânico, o Integralismo Lusitano. Nunca se ligará a ele, mas é indiscutível que sofrerá influências das suas teses e dos autores portugueses que estiveram na sua origem, ou seja, os “legitimistas” do século XIX, defensores de uma Monarquia Tradicional contra uma Monarquia Liberal. Portanto, é aqui que se forma o seu antiparlamentarismo e antiliberalismo.

Salazar, apesar de ter sido objecto de uma sindicância em 1919, quando se deu uma revolução monárquica (“Monarquia do Norte”), por alegada militância realista, nunca, porém, se afirmou monárquico, tendo sempre expressado uma teoria política tomista, que o leva a uma concepção de Poder Político de origem divina que se exercia no respeito pelos direitos e pela ética do “Povo” (e da Igreja), pondo entre parênteses a questão do regime. É essa de resto a sua tese, apresentada em Abril de 1922 no congresso de Lisboa do Centro Católico Português, o partido católico de que se tornara deputado, por Guimarães, no ano anterior, deputado de um parlamento que é logo dissolvido devido a uma revolta sanguinária, que redundou no assassinio do presidente do conselho de ministros, António Granjo, e de outros influentes republicanos (entre eles Machado Santos), o que amplificou ainda mais o seu sentido antiliberalista e antiparlamentarista.

Portanto, se alguma acção política teve Salazar durante a Primeira República foi a de militante católico, razão por que se tem confundido a sua posição de estadista – de um Estado “laico” que, todavia, era apoiado pela Igreja e que tinha como uma das divisas orientadoras “Deus, Pátria, Família”, que terá sido inspirada pela fórmula do brasileiro Afonso Pena, “Deus, Pátria, Liberdade, Família”, que se encontrava na capa da revista do colégio onde trabalhara, *Echos da Via Sacra* – com a de defensor de um Estado Católico, que ele não foi nem quis ser. De resto, na entrevista a António Ferro dizia muito claramente, depois de se confessar fundador do Centro Católico Português:

Os católicos foram absolutamente estranhos à minha entrada no Governo, como têm sido absolutamente estranhos a todos os meus actos políticos. Essa confusão parte, possivelmente das minhas afinidades e relações de amizade com alguns católicos de prestígio, e é estabelecida com fins já muito conhecidos...³⁸

Salazar insinuava que haveria uma tendência para erroneamente o juntar aos “católicos”. E essa ligação, com efeito, aparece nas interpretações de esquerda, como de direita, pois vemos Rolão Preto, mais próximo do fascismo e do nazismo nascente, a compará-lo ao chanceler Seipel, da Áustria, não só pela sua perícia nas finanças mas pela sua formação, por assim dizer, “eclesiástica” e pela sua postura como político do “centro” e não como político da “Revolução”³⁹.

A sua ideia de estadista, se não se identifica com a dos políticos de rua, não se confunde, pois, na verdade, com a de um militante católico. Com efeito, a sua formação de um Estado, a que só em 1932 (embora o nome fosse usado antes) vai chamar “Estado Novo”⁴⁰, vai surgindo lenta mas eficazmente. Vai começar pelas finanças – e

³⁸ António Ferro, *ob. cit.*, p. 35.

³⁹ *Salazar e a sua época. Comentário às entrevistas do actual chefe do governo com o jornalista António Ferro*, Lisboa, Janeiro – 1933, sobretudo pp. 9-10.

⁴⁰ Na verdade, a título oficial, Salazar só terá utilizado a expressão num discurso que veio a intitular “O Exército e a Revolução Nacional” proferido na Sala do Conselho de Estado, em 28 de Maio de 1932,

será assim considerado, miticamente, o seu “salvador”, afirmando-se também a sua postura oficial de “ditador das finanças”, dado que teria todo o poder de controlar as finanças públicas – mas vai, a pouco e pouco, à medida que políticos da Primeira República vão caindo no seio da Ditadura Militar que ajudaram a estabelecer, afirmando as suas ideias políticas próprias. Elas constituirão a convergência de teorias tendentes à criação de “Estados Novos”, advindas de sectores católicos, monárquicos integralistas, socialistas que viraram à direita, filofascistas, artistas modernistas que pretendiam uma “estética nova”, um “homem novo” e um “mundo novo”, republicanos nacionalistas e presidencialistas que se reviam na Ditadura e na “República Nova” de Sidónio Pais, assassinado em fins de 1918, militares e oficiais de alta e baixa patente (neste caso os “tenentes”) que estiveram na Primeira Guerra Mundial e sentiram também, como sucedeu na Itália, o drama nacionalista de uma “vitória mutilada”... Todas desejavam um “Chefe” e o Chefe, contra a opinião de alguns que continuaram a sua luta, à procura de “outro”, surgia finalmente na figura de um homem com aparência conservadora, Salazar.

“Estado Novo” – o que foi?

Mesmo que intrinsecamente Salazar fosse um conservador, um católico tradicional, o certo é que soube encabeçar um movimento que se enquadrou dentro da Ditadura Militar ou “Nacional”, que será sempre considerada um marco *a quo* do calendário da chamada “Revolução Nacional” do Estado Novo, mas que saberá ultrapassar, ao contrário do que sucedeu em Espanha com a ditadura do General Primo de Rivera, através da estruturação de um sistema político “novo”. Ele é o líder de um movimento político a partir de 1928, mas sobretudo de 1929. Vai discursando, com uma oratória “magistral”, onde cada palavra é ponderada e escrita, perante o Exército e a Armada, perante as Câmaras Municipais e outras autarquias, perante os políticos mais influentes, perante o “povo”, em espaços fechados ou abertos, nos gabinetes, na praça mais representativa do país (o Terreiro do Paço) ou aos microfones da Emissora Nacional; vai construindo a sua ideia de Estado e lançando os seus *slogans* que ficaram para sempre a marcar a sua posição: “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, “Política Nacional”, “Revolução Nacional”, “batalha da Ordem”...⁴¹

Assim, com apoio de uma elite, vai fundando o seu “partido”, a “União Nacional” (30 de Julho de 1930), vai criando os seus documentos para-constitucionais (Manifesto da União Nacional) e pré-constitucionais (Acto Colonial) e, por fim, uma Constituição (1933), de tipo nacional e corporativo, que faz “plebiscitar”. “Magistralmente”, vai dar ao seu Estado uma forma “legal” onde não falta a afirmação de todos os direitos cívicos fundamentais, que serão negados na sua própria regulamentação, saída, em vários decretos-leis, alguns no próprio dia da promulgação do texto constitucional (11 de Abril). Antes disso, afirmará, num célebre discurso de 23 Novembro de 1932, que todos os partidos devem ser extintos e concentrar-se na associação cívica única

ao agradecer ao Exército a oferta das insígnias da grã-cruz da Torre e Espada, obtidas por subscrição entre a oficialidade de terra e mar. Ver, *supra*, nota 1.

⁴¹ Ver José Martinho Gaspar, *O discurso e os discursos de Salazar*, Lisboa, Prefácio, 2001.

que constituía a União Nacional: quer fossem os “monárquicos”, os “católicos” a que pertencera, os “antigos partidos republicanos”, as organizações operárias e socialistas. E a própria Constituição não deixará de manter, embora numa forma conciliadora que levará à Concordata de 1940, a separação do Estado da Igreja Católica (artigo 46.º). Aliás, curiosamente o nome de Deus – apesar da reclamação de alguns católicos – só entra na Constituição do Estado Novo na revisão de 1971 (artigo 45.º)⁴², quando Marcello Caetano já era o presidente do Conselho, tendo sido recusado anteriormente, por uma pequena maioria (43 votos contra 37), no debate da revisão constitucional, em 7 de Julho de 1959⁴³.

Nesta lógica, criar logo o seu aparelho de propaganda. A começar no *best-seller*, espécie de entrevista onde o retrato de Salazar – como sagazmente Austen Chamberlain notou – é pintado e retocado, por ele e por António Ferro, que, para além de jornalista que entrevistou ditadores, foi um escritor modernista (editor do *Orpheu*, onde escreveu Fernando Pessoa), viajante, dramaturgo e cinéfilo, que visitou Hollywood e o seu mundo de sonho e de “mentira”. Dele fará, como se disse, director do Secretariado de Propaganda Nacional.

Nesta medida, o Estado Novo colocar-se-á numa “terceira via”, entre e contra o demoliberalismo e o comunismo, na via corporativista⁴⁴, formada com base (como afirmou o seu apoiante da primeira hora e seu futuro sucessor, Marcello Caetano, que navegou em águas mais próximas das práticas de Mussolini) numa tradição corporativa portuguesa, na teoria social-católica do final do século XIX e que se lhe seguiu, mas também na experiência do fascismo italiano e nos ensinamentos de Manoilescu. E nessa “terceira via” autoritária (senão “totalitária”, pois a diferença da teoria de Mussolini “Tutto nello Stato, niente contro lo Stato, nulla al di fuori dello Stato”, não diferia substancialmente da fórmula salazarista “Tudo pela Nação, nada conta a Nação”) inscrever-se-ão todas as características de um Estado do tipo “fascista” (em sentido genérico), embora Salazar sempre se tenha manifestado – como se disse – como construtor de um Estado de tipo “original”, diferente do fascismo italiano e de outros sistemas idênticos. Por isso dizia, e foi repetindo a ideia, que teve, como vimos, grande eficácia nos meios internacionais:

A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos.⁴⁵

E noutro lugar, afirmou:

⁴² Cfr. Lei n.º 3/71, de 16 de Agosto.

⁴³ Sessão de 7 de Julho de 1959, in: *Diário das Sessões* [da Assembleia Nacional], n.º 131, 8.7.1959, p. 1172.

⁴⁴ Ver Luís Reis Torgal, “Lo Estado Novo: una república corporativa”, in: Matteo Pasetti (coord.), *Progetti corporativi tra le due guerre mondiali*, Roma, Carocci, 2006, pp. 141-163.

⁴⁵ António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 74.

Sem dúvida se encontram, por esse mundo, sistemas políticos com os quais tem semelhanças, pontos de contacto, o nacionalismo português – aliás quase só restritos à ideia corporativa. Mas no processo de realização e sobretudo na concepção do Estado e na organização do apoio político e civil do governo são bem marcadas as diferenças. Um dia se reconhecerá ser Portugal dirigido por sistema original, próprio da sua história e da sua geografia, que tão diversas são de todas as outras...⁴⁶.

O “fascismo” sempre existiu

Mas, na verdade, as instituições de tipo fascista estão lá todas no Estado Novo, tais como: a organização política e social corporativa que é coroada pelo “Chefe”; o “partido único”, embora Salazar (e não alguns salazaristas, como Marcello Caetano) não considere a União Nacional como tal; as organizações de tipo militar ou militarizado, como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa; as organizações de cultura e de lazer de tipo ideológico e de propaganda, como o Secretariado de Propaganda Nacional e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (equivalente ao *Dopo Lavoro*). E, a fechar estas instituições de tipo “organizativo” (numa lógica organicista) e reprodutivo, surgem também instituições repressivas, como a Censura e a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, logo criada em 1933, apoiada numa teoria repressiva, que se justificava, para com o “povo”, por exemplo, no 10.º mandamento do *Decálogo do Estado Novo*, obra ou panfleto ou cartaz oficial (consoante o tipo de publicação com que nos confrontamos):

Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria.⁴⁷

E se não houve um Imperialismo de expansão houve, naturalmente, uma ideia de “Império”, de Império ultramarino e histórico, de conservação colonial e de defesa. Por isso e devido à tradicional aliança inglesa, que mergulha na Idade Média (1372-1373), Portugal conservou a “neutralidade”, mas uma “neutralidade geométrica”, equidistante em relação às forças em presença, que só nos anos quarenta se transformou em “neutralidade colaborante” (colaborante com os aliados), o que iludiu muita gente.

Daí que o Estado Novo não tivesse sido considerado, no tempo e no exterior, uma forma de “fascismo”, a não ser por filósofos como Unamuno, que, logo que o analisaram *in loco*, perceberam que o facto de não se ter formado um partido de rua, como o Partido Nacional Fascista, primeira força de combate em direcção a uma “ordem nova”, não invalidou que o regime de Salazar não pudesse ser apelidado de “fascista – “Fascismo de cátedra”, com medidas fascizantes tomadas de cima para baixo, numa

⁴⁶ “O Estado Novo Português na Evolução Política Europeia”, discurso proferido na sessão inaugural do 1.º Congresso da União Nacional, na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 26 de Maio de 1934, in: *Discursos*, vol. I, 1928-1934, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, pp. 334-335.

⁴⁷ *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, SPN, 1934, p. 87. Estamos a citar a publicação extensa, que era acompanhada de longos excursos a justificar cada um dos dez mandamentos. Mas houve outro tipo de publicações, apenas com o decálogo, do género de panfletos ou cartazes.

lógica idêntica ao “fascismo de regime” de Itália e ao “socialismo de cátedra”, diferente do “socialismo de rua” de tipo marxista. E nessa estratégia, Unamuno divisava, como vimos, uma relação de poder do novo Estado português com as Forças Armadas e a Igreja. Curiosamente Eduardo Lourenço em 1976 não deixou de notar algo de idêntico no Estado Novo, no nosso “fascismo”, que, para ele, na verdade *existiu*, embora de modo diferente do que em geral se dizia, mas mais perfeitamente “orgânico” do que o próprio fascismo italiano devido à sua ligação com a Igreja⁴⁸.

E esse fascismo – “Fascismo sem movimento fascista” (como o apelidou, também numa expressão feliz, o sociólogo Manuel de Lucena⁴⁹) – só pôde ser apresentado habilmente como “não fascismo” devido a Salazar, ao seu sentido “magistral”, à representação que ele e os seus apoiantes fizeram de si próprio e do regime e à sua “retórica de invisibilidade”, conforme o filósofo José Gil, numa expressão lapidar, caracterizou o seu discurso de poder⁵⁰.

O certo, porém, é que, apesar da denúncia do autoritarismo / totalitarismo do Estado Novo, só pode ser eficaz a sua caracterização objectiva se não se fugir de uma política da memória sobre a vida e a acção do regime de Salazar, que a democracia não tem coragem de fazer e que os movimentos “antifascistas” receiam. E quando nos referimos a “política da memória” – como foi realizada habilmente na Alemanha, por exemplo, no Centro de Documentação de Nuremberga – estamos a referir-nos, obviamente, a uma acção científica e pedagógica de observação de factos que caracterizam fundamentalmente o Salazarismo. Caso contrário, a imagem branqueadora que se vende tende claramente a ultrapassar os textos de investigação, muito mais difíceis de chegar ao grande público, que procura sobretudo a leitura fácil e atraente.

⁴⁸ *Ob. cit.*, p. 232.

⁴⁹ *A Evolução do Sistema Corporativo Português. O Salazarismo*, Lisboa, Perpectivas & Realidades, 1976, p. 23.

⁵⁰ *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Tradução do francês de Maria de Fátima Araújo. Lisboa, Relógio d'Água, 1995.